

COMISSÃO DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº /2017
(Do Srs. Givaldo Vieira e João Daniel)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação do empreendimento Residencial Alecrim, do Programa Minha Casa Minha Vida localizado município de Estância em Sergipe.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública para debater a situação do empreendimento Residencial Alecrim, do Programa Minha Casa Minha Vida localizado município de Estância em Sergipe, no dia 30/05/2017, as 09 horas.

Deverão ser convidados:

Ministério das Cidades

Banco do Brasil

Ministério Público Federal

Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos – MOTU

JUSTIFICATIVA

O Ministério das Cidades tem, entre outras atribuições, o dever de acompanhar, avaliar, propor e implementar a Política Nacional de Habitação, articulada com outras políticas públicas e instituições direcionada ao desenvolvimento urbano, com o principal objetivo de universalizar o acesso à moradia.

O Banco do Brasil é uma das principais instituições financeiras do País e atua no mercado de crédito imobiliário, atendendo desde empresas de grande porte na produção de empreendimentos, como também ao pequeno mutuário, para aquisição da casa própria, operando no Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

A atuação dessas instituições é relevante para garantir o direito à moradia, contudo, nem sempre os empreendimentos são elaborados e executados de maneira a cumprir este papel, e neste sentido, citamos residencial Alecrim, empreendimento com 500 (quinhentas) casas financiadas pelo Banco do Brasil, por meio do programa Minha Casa Minha Vida no município de Estância no Estado de Sergipe.

A obra orçada em 29 milhões de reais encontra-se parada, pois foi abandonada pela empresa responsável pela construção com algo em torno de 80% concluída.

O empreendimento foi ocupado e preservado por famílias pobres em 100 (cem) dessas residências organizados pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU, movimento legítimo que luta por moradia em Sergipe. Por outro lado, as outras residências foram saqueadas e os materiais como telhas e janelas foram subtraídos com uso de caminhões.

O empreendimento só não foi totalmente dilapidado por que haviam algumas residindo no local. Desta forma, é preciso garantir que elas não sejam despejadas, e fiquem em situação abandono lhes negando o princípio constitucional do direito à moradia e condições dignas de vida.

Por conta dessa situação, propomos a realização desta audiência para oportunizar o diálogo junto aos órgãos responsáveis e ouvir as famílias que hoje moram no residencial Alecrim. O intuito é buscar soluções para a retomada e o término da obra com a contratação de uma nova empresa, ou pelo movimento de moradia que tem experiência na execução desse tipo de empreendimento.

Diante de tais informações, pedimos o apoio dos parlamentares desta comissão a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de maio de 2017.

Deputado **GIVALDO VIEIRA**
(PT/ES)

Deputado **JOÃO DANIEL**
(PT/SE)